

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS	
Secretaria/Setor requisitante:	Secretaria Municipal de Educação
Responsável(is) pela elaboração:	Nome: Debora Simões Coelho Protasio Cargo / nº de matrícula: Coordenadora / 3038
Especificação do objeto:	Contratação de empresa especializada para aquisição de Base de Atividades Estratégias Educacionais, aspirando as demandas da Secretaria Municipal de Saúde com atuação conjunta na Secretaria Municipal de Educação com recursos provenientes da Resolução SS 138/2023
Natureza do objeto:	EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE E MATERIAL DE CONSUMO

- 1.1. O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.
- 1.2. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a **Administração Pública**.

2 – ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

2.1. O **Plano de Contratações Anual (PCA)** ainda não foi efetivamente adotado pelo Município para este ano com todas as especificidades que o compõe, de forma que a Administração está levantando esforços para sua implantação.

3 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. A presente demanda refere-se à **Contratação de empresa especializada para aquisição de Base de Atividades Estratégias Educacionais, aspirando as demandas da Secretaria Municipal de Saúde com atuação na Secretaria Municipal de Educação com recursos provenientes da Resolução SS 138/2023.**

3.2. O município de Angatuba enfrenta desafios significativos para oferecer atendimento adequado às pessoas com deficiência e com diferentes perfis de aprendizagem. A maioria das unidades públicas não dispõe de ambientes estruturados adequados às atividades educacionais e institucionais, sobrecarregando os serviços e gerando atraso no desenvolvimento de quem necessita.

3.3. A contratação de empresa especializada para implantação, instalação e capacitação de equipamentos destinados à Base de Atividades Estratégicas Educacionais decorre da necessidade de estruturar ambiente pedagógico inclusivo, tecnicamente adequado e plenamente funcional, capaz de atender às demandas específicas dos estudantes público-alvo da educação especial e demais alunos com necessidades educacionais diferenciadas.

3.4. A Base de Atividades Estratégicas Educacionais constitui recurso estratégico voltado à interação recursos tecnológicos voltados ao desenvolvimento de habilidades cognitivas, comportamentais e educacionais. Sua implementação atende às diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação e às garantias previstas na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram educação inclusiva e atendimento educacional especializado em condições adequadas, **Portaria GM/MS nº 793/2012 – Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (SUS) e Convenção da ONU sobre pessoas com deficiência.**

3.5. PORQUE A SOLICITAÇÃO DEMONSTRA-SE URGENTE

3.5.1. A presente solicitação de Contratação de empresa especializada para aquisição da Base de Atividades Estratégicas Educacionais, aspirando as demandas da Secretaria Municipal de Saúde em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, demonstra-se urgente por diversos fatores relevantes:

- 1. Implantação técnica especializada**
Os equipamentos tecnológicos demandam planejamento do layout, adequações elétricas, instalação segura e integração tecnológica, etapas que exigem conhecimento técnico específico para garantir funcionamento adequado e segurança dos usuários.
- 2. Entrega de solução completa e funcional**
Não se trata apenas da aquisição de equipamentos, mas da implementação de uma solução integrada que envolva montagem, configuração, testes operacionais e validação do ambiente pedagógico.
- 3. Capacitação dos profissionais de educação**
A Base de Atividades Estratégicas Educacionais depende do preparo dos docentes e demais profissionais para utilização adequada dos recursos, elaboração de planos de atendimento individualizados e aplicação de estratégias pedagógicas baseadas na utilização estruturada de recursos tecnológicos.

4. **Garantia de qualidade, segurança e durabilidade**

A atuação de empresa especializada assegura conformidade técnica, garantia dos equipamentos, suporte técnico e redução de riscos decorrentes de instalação inadequado.

5. **Promoção da inclusão e melhoria dos resultados educacionais**

A ausência de ambiente estruturado compromete o atendimento especializado e limita o desenvolvimento pleno dos estudantes, impactando diretamente o desempenho acadêmico, a socialização e a permanência escolar

3.5.2. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para viabilizar a implementação adequada da Base de Atividades Estratégicas Educacionais, assegurando que o investimento público resulte em ambiente eficiente, inclusivo e alinhado às políticas educacionais vigentes no âmbito do Programa de Atividades Estratégicas Educacionais.

3.6. IMPACTO AO INTERESSE PÚBLICO

3.6.1. A contratação de empresa especializada para implantação, instalação e capacitação de equipamentos destinados à Base de Atividades Estratégicas Educacionais gera impacto direto e positivo ao interesse público, por promover a efetivação de direitos fundamentais, aprimorar a qualidade do ensino e das práticas educacionais, do ensino e assegurar maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

O interesse público é atendido pelos seguintes aspectos:

- **Efetivação do direito à educação inclusiva**

A iniciativa concretiza as diretrizes do Ministério da Educação e as garantias previstas na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assegurando atendimento educacional especializado e condições adequadas de aprendizagem aos estudantes com deficiência e outras necessidades específicas.

- **Promoção da igualdade de oportunidades**

A Base de Atividades Estratégicas Educacionais reduz barreiras pedagógicas e amplia o acesso ao currículo, promovendo equidade e inclusão, princípios basilares da administração pública e das políticas educacionais.

- **Melhoria dos indicadores educacionais**

Ambientes estruturados com recursos tecnológicos contribuem para o desenvolvimento cognitivo, emocional e comportamental dos estudantes, impactando positivamente o desempenho escolar, a permanência e a redução da evasão.

- **Eficiência e economicidade na aplicação dos recursos**

A contratação de empresa especializada para entrega de solução completa (implantação, instalação e capacitação) assegura melhor aproveitamento do investimento público, evitando desperdícios, falhas técnicas e subutilização dos equipamentos.

- **Valorização da política pública educacional**

A implementação da Base de Atividades Estratégicas Educacionais fortalece o Programa de Atividades Estratégicas Educacionais, demonstrando compromisso institucional com a inovação pedagógica e a inclusão social.

- **Impacto social de médio e longo prazo – Repercussão na Saúde**

Ao promover desenvolvimento integral dos estudantes, a iniciativa contribui para maior autonomia, inclusão social e futura inserção produtiva, refletindo benefícios que extrapolam o ambiente escolar.

3.6.2. Dessa forma, a contratação atende plenamente ao interesse público, pois promove inclusão, qualidade educacional, qualidade de saúde, eficiência administrativa e responsabilidade social, consolidando políticas públicas voltadas à equidade e ao desenvolvimento humano.

3.7. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NORMATIVA

A implantação da Base de Atividades Estratégicas Educacionais está respaldada em legislações e políticas públicas que defendem o direito à inclusão, à saúde e à educação especializada:

- a) Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência (LBI)
- b) **Portaria GM/MS nº 793/2012 – Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (SUS)**
- c) Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
- d) Plano Nacional de Educação (PNE) – Metas 4, 7 e 12
- e) **Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência**

4 – DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O objeto não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 601/2021.

4.1.2. Ainda, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, os bens/serviços têm natureza comum.

4.1.3. As particularidades de cada item estarão contidas nas respectivas especificações dos serviços no Termo de Referência.

4.2. O prazo de vigência inicial da contratação será de 03 (três) meses, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.3. O objeto não possui caráter contínuo, uma vez que se trata de uma aquisição pontual. Eventual prorrogação contratual deverá ser devidamente justificada, limitando-se ao tempo estritamente necessário para a conclusão do processo de entrega dos materiais/equipamentos.

4.4. Para o problema indicado ser solucionado, entende-se necessário que a contratação apresente os seguintes requisitos:

4.4.1. Sustentabilidade e Acessibilidade

4.4.1.1. Sustentabilidade na Aquisição dos materiais/equipamentos

De acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Advocacia-Geral da União (AGU), a sustentabilidade deve ser considerada em todas as etapas do processo licitatório, especialmente na aquisição de bens permanentes e de consumo, como os equipamentos, instrumentos e outros materiais complementares para atender às necessidades pedagógicas dos alunos da rede municipal de ensino no âmbito do Programa de Base de Atividades Estratégicas Educacionais.

4.4.1.2. A contratação de empresa especializada para implantação, instalação e capacitação de equipamentos destinados à Base de Atividades Estratégicas Educacionais deve observar critérios de sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e acessibilidade plena, garantindo alinhamento às políticas públicas educacionais e aos princípios da administração pública.

A sustentabilidade na contratação deverá contemplar:

a) Critérios Ambientais

Fornecimento de equipamentos com baixo consumo de energia, tecnologia LED e dispositivos com certificação de eficiência energética.

Utilização de materiais atóxicos, antialérgicos e de longa durabilidade.

Preferência por fornecedores que adotem práticas de logística reversa para descarte adequado de componentes eletrônicos.

Redução de resíduos durante a instalação, com destinação ambientalmente correta.

Embalagens recicláveis ou biodegradáveis.

b) Critérios de Durabilidade e Manutenção

Equipamentos com garantia técnica e suporte continuado.

Estrutura resistente e de fácil manutenção, prolongando a vida útil.

Capacitação da equipe local para uso correto, evitando desgaste prematuro.

c) Responsabilidade Social

Observância das normas trabalhistas e de segurança do trabalho.

Cumprimento das diretrizes do Ministério da Educação quanto à promoção de ambientes educacionais inclusivos e inovadores.

A adoção desses critérios assegura economicidade, reduz impactos ambientais e promove uso racional dos recursos públicos.

4.4.2. Acessibilidade na Aquisição de Materiais Educacionais

Conforme o Guia da AGU, a acessibilidade também deve ser integrada ao processo de aquisição de materiais, garantindo que todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência ou mobilidade reduzida, possam usufruir plenamente dos recursos adquiridos. A acessibilidade constitui elemento essencial da Base de Atividades Estratégicas Educacionais, devendo estar em conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesse sentido, a contratação deve assegurar:

a) Acessibilidade Física

Espaço com circulação adequada para cadeiras de rodas.

Mobiliário adaptado e regulável.

Instalações elétricas protegidas e seguras.

Piso antiderrapante e ambiente livre de barreiras arquitetônicas.

b) Acessibilidade Funcional e Comunicacional

Recursos com parâmetros ajustáveis de luz, som e interação (intensidade de luz, som e vibração).

Combinação de recursos tecnológicos, táteis e sonoros de forma integrada.

Interface simples e intuitiva.

Possibilidade de adaptação às necessidades individuais dos estudantes.

c) Capacitação Inclusiva

Treinamento dos profissionais para utilização adequada dos recursos com diferentes perfis de estudantes.

Orientações quanto ao atendimento individualizado e práticas pedagógicas inclusivas.

4.4.1.3. A sustentabilidade e a acessibilidade, quando incorporadas à contratação, garantem que a Base de Atividades Estratégicas Educacionais seja um ambiente seguro, inclusivo, eficiente e ambientalmente responsável. Dessa forma, a Administração Pública promove não apenas inovação pedagógica, mas também responsabilidade socioambiental e efetiva inclusão educacional no âmbito do Programa de Atividades Estratégicas Educacionais.

4.5. Subcontratação

4.5.1. Para a contratação em questão, é vedada a subcontratação, nos termos do artigo 122, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo melhor esclarecido esse tema no Termo de Referência.

4.6. Garantia da contratação

4.6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bens de maneira pontual em que somente serão pagos o(s) fornecedor(es) que entregar(em) conforme o solicitado.

4.7. Garantia dos produtos/serviços

4.7.1. O prazo de garantia dos produtos e/ou serviços é aquele previsto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.8. Qualificação técnica

4.8.1. Atestado(s) de capacidade técnica pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio da apresentação de atestado(s) expedido(s), necessariamente em nome do licitante, por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já forneceu materiais/equipamentos iguais ou similares ao objeto da licitação, com o fornecimento mínimo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo exigido.

4.8.1.1. O Atestado de Capacidade não poderá ser substituído por nota fiscal de fornecimento, sendo aceita apenas como complemento do atestado apresentado.

4.9. A entrega dos equipamentos/produtos será feita de acordo com o cronograma de aquisições a serem definidas no Termo de Referência, sendo que seu prazo máximo de entrega será de 90 (noventa) dias corridos.

5 – LEVANTAMENTO DO MERCADO

5.1. O levantamento de mercado para a contratação de empresa especializada na implantação e instalação de Base de Atividades Estratégicas Educacionais constitui etapa essencial do planejamento da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à fase preparatória e à pesquisa de preços

5.2. Com base no cenário apresentado neste ETP, que envolve a Contratação de empresa especializada para aquisição de Base de Atividades Estratégicas Educacionais, aspirando as demandas da Secretaria Municipal de Saúde em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, e considerando que já há recurso financeiro específico destinado para tal finalidade, seguem três soluções para a licitação, com análise dos pontos positivos e negativos de cada uma.

Solução: 1. Pregão Eletrônico

Descrição:

Com base no levantamento, verificou-se que os equipamentos e serviços possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no mercado, permitindo descrição clara no Termo de Referência, o que viabiliza a utilização do pregão eletrônico, modalidade que prioriza o critério de menor preço ou maior desconto.

Justificativa:

- Já existe **recurso orçamentário específico disponível**, portanto a aquisição pode ser imediata após a licitação.
- O contrato garante prazos, condições de fornecimento e obrigações das partes.

Pontos Positivos:

- Maior competitividade – Ampliação da participação de empresas de diferentes regiões.
- Transparência – Processo realizado em plataforma digital, com lances públicos.
- Economicidade – Possibilidade de redução significativa dos valores por meio da disputa de lances.
- Celeridade processual – Procedimento mais ágil em comparação a outras modalidades.
- Isonomia – Igualdade de condições entre os licitantes.

Pontos Negativos:

- Risco de disputa apenas por menor preço – Pode haver redução excessiva de valores, impactando qualidade.
- Necessidade de especificação técnica precisa – Descrições genéricas podem gerar propostas incompatíveis.
- Possibilidade de fornecedores sem experiência específica – Caso os requisitos de qualificação não estejam adequadamente definidos.
- Eventual necessidade de diligências técnicas – Para verificar conformidade dos equipamentos ofertados

Solução: 2. Sistema de Registro de Preços (SRP)

Descrição:

Realizar licitação na forma de **Pregão Eletrônico para Registro de Preços**, o que permitiria registrar fornecedores por até 12 meses para futuras aquisições, conforme demanda.

Justificativa:

A adoção do SRP se justifica quando:

- a) Há possibilidade de implantação de múltiplas salas em diferentes unidades escolares;
- b) A demanda pode ocorrer de forma parcelada ao longo do exercício;
- c) Existe necessidade de padronização dos equipamentos e soluções técnicas;
- d) Pretende-se garantir agilidade na contratação futura, sem a necessidade de novo certame a cada implantação.

Pontos Positivos:

- Economicidade – Possibilidade de ganho de escala, caso haja múltiplas implantações.
- Flexibilidade – Contratação conforme demanda real.
- Padronização – Uniformidade técnica entre as salas implantadas.
- Agilidade – Dispensa de novo procedimento licitatório durante a vigência da ata.
- Planejamento orçamentário – Permite execução conforme disponibilidade financeira.

Pontos Negativos:

- Estimativa adequada de quantitativos – Deve ser realista para evitar frustração ou excesso.
- Gestão da Ata – Necessita controle rigoroso das contratações decorrentes.
- Atualização tecnológica – Os equipamentos podem sofrer rápida evolução, devendo-se avaliar prazos de vigência compatíveis.
- Definição clara de responsabilidades – Especialmente quanto à instalação e garantia.

Solução: 3. Dispensa de Licitação com Base no Valor

Descrição:

Caso o valor da aquisição esteja dentro dos limites legais estabelecidos pelo art. 75 da Lei nº 14.133/2021, seria, em tese, possível realizar a contratação por dispensa de licitação. No entanto, essa alternativa deve ser analisada com cautela, especialmente considerando a origem e natureza dos recursos.

Justificativa:

Considerando que a implantação envolve solução integrada (projeto técnico, fornecimento, instalação e capacitação), a contratação direta, devidamente instruída com pesquisa de preços e análise técnica, mostra-se medida adequada e eficiente, a adoção da dispensa de licitação se justifica quando:

- a) O valor da contratação se enquadra nos limites legais;
- b) Trata-se de demanda pontual (implantação de unidade específica);
- c) Há necessidade de celeridade na execução para atendimento imediato dos alunos;

- d) Justificativa do preço;
- e) Comprovação de que o contratado possui capacidade técnica compatível com o objeto.
- f) Garantia e suporte técnico.

Pontos Positivos:

- Celeridade – Procedimento mais rápido, especialmente importante quando há necessidade imediata de implantação.
- Menor burocracia processual – Redução de etapas formais do certame.
- Flexibilidade – Permite negociação direta para ajustes técnicos específicos.
- Adequação em demandas pontuais – Indicado quando se trata de apenas uma sala ou projeto piloto.
- Redução de custos administrativos – Menor despesa com tramitação processual.

Pontos Negativos:

- Menor competitividade – Ausência de disputa pública pode reduzir a obtenção do melhor preço.
- Maior necessidade de justificativa técnica e jurídica – Exige fundamentação robusta para evitar questionamentos dos órgãos de controle.
- Risco de direcionamento involuntário – Caso não haja pesquisa de mercado ampla e transparente.
- Limitação de valor – Quando fundamentada no critério de valor, deve respeitar os limites legais.
- Maior exposição a controle externo – Contratações diretas são analisadas com maior rigor por tribunais de contas.

5.2. Conclusão: Recomendação Final

Considerando a existência de recurso específico e vinculado à aquisição e a necessidade de execução imediata, a melhor alternativa é a realização de **Pregão Eletrônico com celebração de Contrato Administrativo**. Essa modalidade assegura a legalidade, economicidade e eficiência, além de garantir **maior segurança jurídica**, transparência e rastreabilidade na aplicação dos recursos federais, conforme exigido pelos órgãos de controle.

6 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A melhor solução para a aquisição pretendida é a realização de **Pregão Eletrônico com celebração de Contrato Administrativo**. Essa modalidade atende plenamente à necessidade imediata da Administração, garantindo rapidez, transparência e ampla competitividade, em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021**. Além disso, considerando que os recursos é estadual, o Pregão Eletrônico oferece maior segurança jurídica e possibilita o

controle rigoroso exigido para a execução desses recursos vinculados. Dessa forma, assegura-se a economicidade, eficiência e legalidade na contratação, minimizando riscos e atendendo às exigências legais e administrativas.

6.2. Sendo assim, deverão ser respeitados pela contratada os prazos e condições que serão melhor detalhados em tópico específico no Termo de Referência.

7 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. Entende-se necessária a aquisição dos seguintes itens, conforme abaixo:

EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE

	Unid.	Qttd.	Descrição
1	UNID	01	Compartimento Áudio Visual
2	UNID	01	Banquinho Modular
3	UNID	01	Teto Estrelar
4	UNID	01	Quadrado com Luzes
5	UNID	01	Filete Luminoso
6	UNID	01	Orbe Motorizada
7	UNID	01	Efeitos Estelar
8	UNID	01	Kit de Fragrâncias Concentradas
9	UNID	01	Conjunto de Luz
10	UNID	01	Unidade Elétrica
11	UNID	01	Painel de Descobertas
12	UNID	01	Comunicador
13	UNID	01	Área de Toque
14	UNID	01	Gerenciador de Equipamentos
15	UNID	01	Sistema de Áudio
16	UNID	01	Cilindro Transparente

8 – ESTIMATIVA DE VALORES

8.1. O valor estimado total desta contratação é de **R\$ 168.510,25 (cento e sessenta e oito mil, quinhentos e dez reais e vinte e cinco centavos)**, conforme Nota Técnica – Planilha de Estimativa de Preços anexa a este ETP.

9 – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. Embora o princípio do parcelamento previsto no art. 47 da Lei nº 14.133/2021 determine, como regra, a segmentação do objeto em itens para promover maior competitividade e evitar a concentração de mercado,

no presente caso, a divisão por itens mostrou-se tecnicamente inviável. Essa inviabilidade decorre de fatores que comprometem a gestão administrativa, operacional e econômica do contrato, além de prejudicar a execução eficiente e integrada do serviço essencial de realização da **Base de Atividades Estratégicas Educacionais** a Secretaria Municipal de Saúde e Medicina Preventiva em parceria com a Secretaria Municipal de Educação

8.2. A divisão do objeto em itens exigiria a contratação de diversas empresas para realizar as instalações e capacitação dos softwares, criando um desafio significativo na gestão contratual. A necessidade de fiscalização de múltiplos contratos elevaria consideravelmente os custos administrativos e aumentaria o risco de inconsistências operacionais. Ademais, a fragmentação comprometeria a continuidade e a qualidade dos serviços, considerando que a interligação entre os itens, assim descritos:

- Equipamentos
- Projeto
- Instalação
- Inteligência Artificial
- Capacitação

8.3. A contratação por lote único permite que a empresa vencedora mantenha a qualidade e a uniformidade dos serviços prestados, evitando divergências metodológicas.

8.4. Além disso, a divisão por itens poderia gerar disparidades nos prazos de entrega dos resultados, considerando que diferentes itens poderiam ter tempos distintos de entrega e integração. Essa situação impactaria diretamente a eficácia do atendimento na rede pública de saúde em conjunto com a educação, prejudicando o atendimento dos serviços públicos ofertados às pessoas com deficiência e condições relacionadas ao neurodesenvolvimento. Ao integrar tecnologia assistiva, formação de profissionais e ambientes terapêuticos acessíveis, espera-se alcançar resultados práticos, mensuráveis e de alto impacto social.

8.6. A fiscalização e o controle da execução do contrato também se tornam mais eficazes com a contratação em lote único. A dispersão de fornecedores dificultaria o monitoramento da qualidade dos equipamentos e serviços.

8.7. O raciocínio de parcelamento ou adjudicação por itens não deve ser levado a termos absolutos, pois a divisão da pretensão contratual, em alguns casos, pode prejudicar a economia de escala e gerar outros custos relacionados aos diversos contratos, além de potencializar riscos e dificuldades na gestão de uma pluralidade de contratos autônomos para atendimento da mesma pretensão contratual.

8.8. O próprio TCU já entendeu que seria legítima a reunião de elementos de mesma característica, quando a adjudicação de itens isolados onerar “o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e celeridade processual”, o que pode comprometer a seleção da proposta mais vantajosa (Acórdão nº 5301/2013. Segunda Câmara. Rel. Ministro André Luis).

8.9. Nesse sentido, Marçal Justen Filho (2021, págs. 621-622) orienta:

[...]

O parcelamento dos serviços implica dificuldades maiores e qualitativamente diversas daquelas pertinentes às compras. A dissociação da atividade em contratações diversas pode comprometer a padronização e frustrar o atingimento de resultados pretendidos.

[...]

O parcelamento dos serviços pode envolver problemas significativos relativamente à responsabilidade técnica. Poderão surgir conflitos na realidade prática, decorrentes de pluralidade de prestadores de serviços. Em tais situações, há o risco de extinção da responsabilidade técnica atinente aos diversos serviços, em vista da multiplicidade de prestadores e da pluralidade de soluções adotadas. O parcelamento de contratação de serviço pode acarretar a ampliação dos custos de gestão, inclusive superando os benefícios eventualmente gerados pela ampliação da competição.

8.10. Com base nessas considerações, a contratação por lote único para aquisição de Bases Educacionais é justificada pela necessidade de garantir a segurança, a padronização, qualidade, otimização e fiscalização e reduzir os riscos operacionais. A opção pelo lote único garante a uniformidade do atendimento as crianças e otimiza a gestão dos recursos públicos, assegurando maior eficiência e efetividade na prestação dos serviços públicos de saúde e educação.

10 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Não se aplica.

11 – RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. A licitação deve garantir a **qualidade, eficiência e regularidade** na Contratação de empresa especializada para aquisição de Base de Atividades Estratégias Educacionais, aspirando as demandas da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação.

11.2. A implantação da Base de Atividades Estratégias Educacionais no município de Angatuba representa uma iniciativa estratégica com potencial de transformar significativamente a qualidade dos serviços públicos ofertados às

peças com deficiência e condições relacionadas ao neurodesenvolvimento. Ao integrar tecnologia assistiva, formação de profissionais e ambientes terapêuticos acessíveis, espera-se alcançar resultados práticos, mensuráveis e de alto impacto social. Entre os principais resultados esperados, destacam-se:

- **11.2.1. Ampliação do acesso ao atendimento especializado**

A Base de Atividades Estratégias Educacionais proporcionará um espaço estruturado dentro dos próprios municípios, evitando deslocamentos longos para centros maiores, o que costuma ser desgastante para as famílias. Isso significa mais dignidade, conforto e acessibilidade ao tratamento.

- **11.2.2. Redução da Judicialização e da dependência de serviços externos**

Com a oferta de um serviço especializado e estruturado localmente, espera-se uma redução expressiva nos processos judiciais movidos por famílias em busca de tratamento fora do domicílio. Isso reduz gastos com transporte, convênios e ações judiciais, além de valorizar os serviços municipais.

- **11.2.3. Melhoria da qualidade de vida dos usuários e suas famílias**

O ambiente oferece um ambiente acolhedor, seguro e inclusivo, que promove o bem-estar emocional, o desenvolvimento funcional e a autoestima dos usuários. Com isso, há impacto direto também na qualidade de vida das famílias, que passam a ter suporte local para seus filhos ou entes com deficiência.

- **11.2.4. Formação de equipes técnicas mais qualificadas**

A proposta inclui capacitação contínua — presencial e virtual — o que permite a criação de núcleos municipais de referência em atendimento, com profissionais preparados para utilizar metodologias atualizadas e centradas no usuário.

- **11.2.5. Integração intersetorial efetiva**

O ambiente possibilita o uso conjunto entre setores como saúde, educação e assistência social, promovendo uma visão integral do atendimento. Isso fortalece o trabalho em rede e evita a fragmentação das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência.

- **11.2.6. Fortalecimento da imagem institucional dos municípios**

Ao investir em uma solução de alto valor social, tecnológico e humano, os municípios passam a ser reconhecidos como referência em inclusão e inovação no atendimento à população vulnerável.

- **11.2.7. Sustentabilidade e continuidade do atendimento**

A proposta garante que o serviço não dependa exclusivamente de profissionais externos ou ações isoladas. O treinamento local e os recursos acessíveis asseguram que o uso do ambiente continue mesmo após a implantação inicial, mantendo seu impacto ao longo dos anos.

11.3. Esses resultados refletem o compromisso da Administração com uma **aquisição responsável, transparente e eficaz**, que contribua para o desenvolvimento educacional, cultural, artístico e social dos estudantes da rede pública municipal.

TIPO	ASSINALAR	DETALHAMENTO
Ganho de produtividade	x	Otimização do processo de atendimento, diferentes estímulos (visuais, táteis, auditivos e proprioceptivos). Melhoria no desempenho de usuários, com maior engajamento, concentração e participação. Redução de demandas paralelas, contribuindo para diminuição de crises comportamentais. Padronização e organização das atividades e integração multidisciplinar.
Redução de esforço	x	Com a disponibilização de equipamento adequados, os estímulos necessários às intervenções passam a estar concentrados em um único ambiente. Redução de esforço operacional pois reduz o tempo de preparação de atividades em um ambiente previamente estruturado. Redução de esforço cognitivo e pedagógico tornando mais objetivas e eficazes as atividades, além da melhoria na distribuição das cargas de trabalho.
Redução de custo	x	A contratação por lote e via pregão eletrônico favorece a concorrência, resultando em preços mais vantajosos e melhor uso do recurso público.
Redução de uso de recursos		
Melhoria de controle	x	A formalização contratual permite controle rigoroso sobre a entrega, a qualidade e o cumprimento das especificações dos produtos adquiridos.
Redução de riscos	x	O processo licitatório com critérios técnicos claros reduz o risco de aquisição de materiais

		inadequados ou de baixa durabilidade.
Cumprimento de determinação administrativa	x	Atende a diversas diretrizes educacionais e Normas da Saúde
Melhoria/adequação nas instalações físicas	x	Será executada pela administração, adaptações necessárias na sala para implantação do Programa de Base de Atividades Estratégicas Educacionais.

12 – PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

<i>TIPO</i>	<i>ASSINALAR</i>	<i>DETALHAMENTO</i>
Necessidade de capacitação de gestores e fiscais da contratação		
Instalação elétrica	x	Instalação de um quadro de energia específico para os equipamentos da sala
Instalação lógica		
Adaptação do ambiente	x	Vedação de vão
Obtenção de licença		
Outro		
Não se aplica	x	

13 – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

13.1. A contratação em questão pode gerar impactos ambientais relacionados, principalmente, ao **processo de fabricação, embalagem e descarte**. A utilização de materiais como plástico, madeira, metais e componentes eletrônicos exige atenção quanto ao consumo de recursos naturais e à geração de resíduos ao final da vida útil dos itens adquiridos.

13.2. Recomenda-se que a contratada adote práticas sustentáveis sempre que possível, como a utilização de materiais recicláveis ou de origem controlada, o fornecimento de produtos com garantia e durabilidade prolongada, e

o uso de embalagens recicláveis ou biodegradáveis. Essas ações contribuirão para a redução do impacto ambiental durante o ciclo de vida dos produtos adquiridos.

13.3. No caso de itens que contêm componentes plásticos, metálicos ou eletrônicos, é essencial garantir que o descarte seja realizado de maneira ambientalmente responsável. A administração pode incentivar a utilização de programas de coleta seletiva ou logística reversa para esses materiais. Além disso, poderão ser promovidas ações educativas nas escolas para conscientizar os alunos sobre o descarte adequado e o uso responsável dos recursos.

13.4. Os dispositivos eletrônicos adquiridos devem priorizar a eficiência energética e a compatibilidade com dispositivos simples e de baixo consumo. A escolha de produtos com esses critérios ajudará a minimizar o impacto ambiental durante o uso diário no ambiente escolar.

13.5. A implantação da Base de Atividades Estratégias Educacionais no município de Angatuba foi cuidadosamente planejada para causar impacto ambiental mínimo ou nulo, uma vez que se trata de uma iniciativa não invasiva, que não demanda obras estruturais de grande porte e utiliza materiais e equipamentos com baixo consumo de energia e alta durabilidade.

14 – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

14.1. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) realizado para a aquisição pretendida no âmbito do Programa de Base de Atividades Estratégias Educacionais trouxe informações detalhadas sobre a necessidade e viabilidade dessa contratação. Com base nas análises realizadas, conclui-se que a aquisição é **viável, justificada e essencial** para o fortalecimento das atividades pedagógicas, culturais e artísticas nas escolas da rede municipal de ensino. O ETP demonstrou que a contratação é **tecnicamente viável**, pois os materiais/equipamentos a serem adquiridos atendem aos critérios de qualidade, adequação pedagógica e compatibilidade com os objetivos do programa. Além disso, a aquisição centralizada por meio de **Pregão Eletrônico com Contrato Administrativo** proporciona maior eficiência, economia e transparência, garantindo o uso adequado dos recursos estaduais. Portanto, a aquisição pretendida se configura como uma **solução necessária e apropriada**, tanto do ponto de vista técnico quanto econômico, para assegurar o pleno desenvolvimento educacional dos alunos. Essa medida contribui para uma formação integral, inclusiva e de qualidade, ampliando o acesso dos estudantes às atividades de musicalização e expressão artística no ambiente escolar.

15 – ANEXOS

15.1. Anexo a este ETP a NOTA TÉCNICA – RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

Angatuba/SP, 25 de fevereiro de 2026.

Debora Simões Coelho Protasio

Rua José Franco de Araújo, nº 530 - Centro – Angatuba/SP - CEP 18.241-026, Angatuba |
SP

E-mail: saude@angatuba.sp.gov.br Tel.: (15) 3255-9510

Responsável pela elaboração

Cargo / nº de matrícula: Coordenadora / 3038

Aprovo o presente ETP:

Larissa Martins Basile

Secretário(a) Municipal de Saúde e Medicina Preventiva